

Haverá Economia Sem Política?: Factos e Valores numa Ciência Controversa¹

Vasco Almeida

O aparecimento da escola neoclássica, nos finais do século 19, marca, na história da teoria económica, uma ruptura definitiva com uma longa tradição que, desde Aristóteles até Adam Smith, se caracterizava pela concepção da Economia, enquanto ciência, como um ramo da Ética e da Política. Aliás, a própria designação da disciplina que era utilizada pelos autores da escola clássica inglesa – Economia Política – refletia a ideia que a Economia era um ramo da Filosofia Moral e que tratava das questões da produção, da distribuição e da riqueza.

Os autores neoclássicos, fortemente fascinados pelos progressos nas ciências físicas observados ao longo do século 19 e pelas correntes positivistas da ciência, procuraram fazer da disciplina uma ciência objetiva, neutra em relação aos valores e distante em relação aos fins. A separação entre economia, a ética e a política é simbolizada pelo termo que os economistas ortodoxos, desde Alfred Marshall, utilizam para designar a disciplina - *Economia* - deixando, assim, cair o termo *Política*. A economia devia estudar os factos e apresentar princípios gerais, deixando ao decisor político a escolha de entre as várias alternativas técnicas apresentadas. A separação entre factos e valores, entre o ser e o dever ser, entre o positivo e o normativo passou a ser uma preocupação presente nas análises económicas convencionais.

¹ Uma versão adaptada da Oração de Sapiência apresentada na Cerimónia da Abertura Solene das Aulas, no Instituto Superior Miguel Torga, em 5 de Novembro de 2014.

O presente texto parte, justamente, destas considerações e pretende responder às seguintes questões: Haverá Economia sem Política, isto é, será possível separar a Economia, encarada como ciência positiva, da Política de carácter normativo? Será possível separar os factos dos valores, ou será que eles estão necessariamente entrelaçados? E, se assim for, a busca pela objetividade na Economia ficará comprometida e, conseqüentemente, deverá ser abandonada?

Para responder a estas questões, estruturou-se o texto da forma que, seguidamente, se expõe. No primeiro ponto, mostra-se, percorrendo a história do pensamento económico desde Adam Smith até aos autores contemporâneos, como se foi operando a separação entre a Economia e a Filosofia Moral. O segundo ponto incide sobre a análise dos argumentos em favor de uma separação entre factos e valores, refletida na ideia de que Economia se deve preocupar com o estudos dos factos positivos, deixando para a política as considerações de carácter normativo. Depois de se apresentarem, no terceiro ponto, as críticas à dicotomia factos/valores que partem dos mais variados campos das Ciências Sociais, mostra-se, no quarto ponto, que as análises económicas convencionais, apresentadas como ‘livres de valores’, assentam, inevitavelmente, em considerações normativas. Nas Considerações Finais, procuram-se apresentar as respostas às questões acima formuladas que nortearam o presente trabalho.

A SEPARAÇÃO DA ECONOMIA EM RELAÇÃO À FILOSOFIA MORAL

O termo *economia* teve origem na Grécia Antiga. Etimologicamente, resulta da junção das palavras *oikos* (casa, património) e *nomos* (lei, norma, regra), podendo ser, assim, entendido como as *regras da casa* (Louçã & Caldas, 2010) ou, de forma mais abrangente, como a *ciência das leis da economia doméstica* (Nunes, 2013). No entanto, seria precipitado supor, como fazem alguns historiadores do pensamento económico, que para os filósofos gregos o estudo da economia estava confinado ao estudo da gestão da casa, incluindo-se aqui os bens materiais e os recursos humanos, ou seja, os membros da família e os escravos (Crespo, 2008).

Aliás, uma leitura atenta das duas obras de Aristóteles onde são abordadas as questões económicas, designadamente, *Ética a Nicómaco* (1991) e *Política* (1985), não deixa margem para dúvidas que alguns dos conceitos económicos aí presentes são mais abrangentes do que normalmente é entendido pelos historiadores do pen-

samento económico. No entanto, mais importante ainda, algumas ideias de Aristóteles aí desenvolvidas continuam a ser relevantes nos tempos atuais, como mais à frente se verá.

Numa passagem da *Ética a Nicómaco*, Aristóteles faz a distinção entre economia, entendida como utilização da riqueza, e a crematística definida como a forma de obtenção da riqueza. Aristóteles, porém, fazia a distinção entre dois tipos de crematística: uma natural que devia estar subordinada à economia; e outra não subordinada à economia que tinha como fim a procura ilimitada de riqueza. A primeira forma de crematística, do tipo doméstico, necessária e recomendável, visava a aquisição limitada de riqueza, tendo por fim a criação de condições materiais para uma vida feliz, a Vida Boa na polis; a segunda, de carácter comercial assentava na acumulação ilimitada de riqueza. Aristóteles considerava-a antinatural e, por isso, devia ser censurada, uma vez que a procura e a acumulação ilimitada de riqueza seria sempre feita à custa de alguns.

Assim, a economia, enquanto saber, é a arte da utilização das coisas necessárias para a vida doméstica e para a Vida Boa na polis. A noção de Vida Boa tem um significado moral bem específico: é uma vida de virtudes através da quais os indivíduos em comunidade atingem a felicidade. Dito por outras palavras, o ser humano é essencialmente político e a polis é o lugar onde os indivíduos se realizam completamente. Logo no início da *Ética a Nicómaco*, Aristóteles afirmava que a política, a mais nobre das ciências, ou como ele dizia a ‘arte mestra’ determina:

Quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto. [...] Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger a das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano (Aristóteles, Livro I, cap. 2, 1991, p. 6).

Em suma, para Aristóteles a economia está pois ligada ao estudo da ética e da política, ideia que viria a desenvolver de forma mais aprofundada em *Política*.

Mais tarde, no século 13, quando Aristóteles foi redescoberto na Europa, os escolásticos utilizavam a *Ética a Nicómaco* como um dos textos principais de estudo. Dentro da lógica aristotélica, a economia continuava a ser considerada como parte da Ética e da Política. Assim, foi através do estudo da filosofia moral que a economia escolástica se desenvolveu. Por exemplo, os debates sobre a legitimidade dos juros foram sempre fundamentados em considerações morais (Alvey, 1999).

A economia escolástica exerceu uma forte influência ao longo de séculos. Nas universidades europeias do século 18, continuava a ser ensinada como fazendo parte do ramo da filosofia moral. Adam Smith, o fundador da escola clássica inglesa (e geralmente considerado ‘o pai da economia moderna’), quando assumiu o curso da Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, dividiu-o em quatro partes: teologia natural, ética, justiça e regulações políticas que tinham por fim a prosperidade e a riqueza das nações. Adam Smith e os restantes filósofos iluministas escoceses acabaram por adoptar o termo Economia Política para designar o ramo da Filosofia Moral que tratava das questões da produção, do consumo e da circulação da riqueza.

Alguns autores consideram que a *Riqueza das Nações*, a obra mais famosa de Adam Smith publicada em 1776, estabelece uma ruptura com a Filosofia Moral, ao assentar numa concepção individualista e egoísta do ser humano. Como tem vindo a ser demonstrado mais recentemente, por inúmeros autores, esta é uma visão limitada da obra de Smith. Antes da publicação da *Riqueza das Nações*, Adam Smith escreveu a *Teoria dos Sentimentos Morais*, cujas ideias aí desenvolvidas serviram de suporte para a sua segunda obra. Aliás, a importância que Adam Smith lhe concedeu é bem demonstrada pelas sucessivas revisões que o autor lhe fez ao longo da vida². Na Teoria dos Sentimentos Morais que, em termos gerais, corresponde à segunda parte do curso de Filosofia Moral ministrado por Adam Smith, constitui, como indica o subtítulo, um ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens julgam a conduta e o carácter, primeiro dos seus próximos, depois de si mesmos. Adam Smith apresenta um conjunto de virtudes, como, por exemplo, a justiça, a prudência e a benevolência que, na *Riqueza das Nações*, têm a respetiva manifestação económica. Enquanto a justiça está implícita na sua análise do comércio livre, também a prudência e benevolência são as virtudes que fundamentam, respetivamente, a acumulação de capital e a não alienação resultante da extrema divisão trabalho (Alvey, 1999).

A posição dos restantes economistas da escola clássica inglesa que se sucederam a Adam Smith, relativamente à relação entre Economia e Filosofia Moral, é, por vezes, contraditória e ambígua. Por exemplo, Malthus que seria a próxima figura dominante na economia depois de Adam Smith – e o primeiro professor de Economia Política em Inglaterra – continuava a encarar a economia como uma ciência moral. Já David Ricardo que, depois da publicação da sua obra, em 1817, *Princípios da Economia Po-*

2 A Teoria dos Sentimentos Morais, publicada, pela primeira vez, em 1759 conheceu, no total, seis edições, com sucessivas revisões do texto original, sendo a última de 1790, poucos meses antes da morte de Smith.

lítica e Tributação, viria rapidamente a ofuscar Malthus, criticava-o por não reconhecer que a economia política é uma ‘ciência estrita tal como a matemática’. Há, assim, em Ricardo, claramente, um distanciamento em relação à posição de Adam Smith, tendo o mesmo acontecido com John Stuart Mill, o próximo economista líder da escola clássica. Apesar de alguma ambiguidade nas suas posições (Alvey, 1999), Mill foi o primeiro a conceber a ideia do *homo economicus*, o indivíduo maximizador do bem estar individual, e a defender a aproximação dos métodos das ciências físicas à economia política. Mill (2002) defendia que a ciência deve estudar o que é e a arte o que deve ser. Posta a questão noutras palavras, a economia dever-se-ia separar da filosofia, isto apesar de contraditoriamente, ao longo da sua obra, transpor constantemente as fronteiras entre ciência e a arte.

Todavia, a separação da economia e da filosofia moral dá-se, de forma radical, com o advento da escola marginalista que viria a dar origem à escola neoclássica. O fascínio pelos avanços das ciências físicas e a crescente importância das perspetivas positivistas na filosofia da ciência influenciaram, de forma decisiva, as várias gerações de economistas neoclássicos. Por exemplo, William Stanley Jevons, um dos fundadores da corrente marginalista, dedicou a sua obra principal (*Teoria da Economia Política*, com a primeira edição em 1871) à defesa da aplicação de uma abordagem mecânica e matemática na economia. Como defendia:

Tal como as ciências físicas têm a sua base, de forma mais ou menos óbvia, nos princípios gerais da mecânica, assim também todos os ramos e divisões da ciência económica devem ser permeados por certos princípios gerais (Jevons, 1888, xviii).

Não é, portanto, de estranhar que, na segunda edição da sua obra, venha a defender a necessidade de mudar o nome da sua disciplina – Economia Política – para ciência económica ou economia.

No entanto, só com Alfred Marshall, considerado o primeiro economista neoclássico, é que a Economia Política passou a designar-se por Economia (*Economics*, na língua inglesa). A sua obra principal, *Princípios da Economia*, publicada em 1890, viria a ser ensinada durante décadas nas principais universidades. Em Cambridge, onde foi professor, Marshall lutou para autonomizar a Economia, o que veio a conseguir em 1903 com a criação do primeiro curso destinado a formar profissionais na área.

Tal como Jevons, também Marshall defendia a aproximação da economia às ciências físicas. Possuindo uma sólida formação em matemática, Marshall contribuiu para a incorporação dos métodos quantitativos na análise econômica. Todavia, embora Marshall seja encarado como um forte opositor da economia enquanto ciência moral, a sua perspectiva tem que ser analisada com algumas cautelas. Por exemplo, embora adepto da aplicação matemática à economia, colocava sempre algumas limitações como o comprova um dos seus trechos mais citados:

Um bom teorema matemático que aborde hipóteses econômicas dificilmente será boa economia; e creio cada vez mais nas seguintes regras: 1) Use a matemática como abreviação e não como método de investigação. 2) Utilize-a até ter terminado. 3) Traduza para o inglês. 4) Ilustre, então, com exemplos importantes da vida real. 5) Queime a matemática. 6) Se não conseguir realizar a 4, então queime a 3 (Marshall, 1966, p. 427).

Convém também notar que Marshall defendia que o conceito de *homo economicus* era bastante simplificador, preferindo ter em conta que o ambiente sociocultural exercia um papel fundamental no comportamento dos agentes econômicos. Revelava também uma enorme preocupação com as questões sociais do seu tempo, como, por exemplo, com o problema da pobreza e da desigualdade social. Na sua palestra inaugural em Cambridge, descreve a sua missão na universidade da seguinte forma:

Aumentar o número daqueles que Cambridge manda para o mundo com cabeças frias mas corações ardentes, dispostos a dar pelo menos parte dos seus melhores poderes para combater o sofrimento que os rodeia, decididos a não ficarem satisfeitos enquanto não tiverem feito tudo ao seu alcance para descobrir o quanto é possível abrir, para todos, os meios materiais de uma vida nobre e refinada (Marshall, 1966, p. 174).

Assim, em Marshall algumas preocupações morais e políticas não parecem completamente arredadas do âmbito da Economia.

Todavia, é a partir da conversão da Economia ao positivismo que se observa a sua separação da ciência moral. O ponto de partida é o influente ensaio de Lionell Robbins de 1932 (*Ensaio sobre a Natureza e o Significado da Ciência Económica*).

Segundo ele, a economia é a ciência que estuda 'o comportamento humano en-

quanto relação entre fins e meios escasso de uso alternativo’ (Robbins, 1932, p. 75). Esta definição de economia que, ainda hoje, povoa alguns dos principais manuais da disciplina, e que é ensinada um pouco por todo o mundo, traz em si implícita a ideia de que a economia se deve apenas preocupar com a definição dos meios para atingir os fins que, por sua vez, são definidos na esfera política. Desta forma, para Robbins, a economia é neutra em relação aos valores, porque lida com factos verificáveis, enquanto a ética e a política lidam com valorizações e obrigações. Tal como afirma Robbins: ‘não parece logicamente possível associar os dois estudos (economia e ética) de nenhuma forma, a não ser por justaposição’ (Robbins, 1932, p. 75).

Esta posição de Robbins tem sido interpretada da seguinte forma: deixem os governos decidir a sua ‘função de objetivos’, em termos dos múltiplos fins ou objectivos da atividade económica; é tarefa do economista delinear a ‘função de possibilidades’, os custos e os benefícios de alocações alternativas de recursos escassos; desde que a distinção entre meios e fins seja mantida, o conselho económico aos governos é, ou antes, pode ser, isento de valores. Desta forma, o papel do economista é o de um tecnocrata. O domínio das afirmações factuais encontra-se, assim, separado do campo das afirmações valorativas. Esta distinção não é nova e, dada a sua importância para os objetivos desta comunicação, será abordada de forma mais aprofundada no ponto seguinte.

Antes disso, porém é necessário acrescentar que, uma vez mais, a leitura e a interpretação dos textos originais de autores, como é o caso agora do *Ensaio* de Robbins, tem sido bastante apressada. Na verdade, Robbins nunca negou a importância dos economistas formularem opiniões sobre ética e política e encarava o domínio normativo da economia como um regresso à economia política dos autores da escola clássica. Todavia, embora visse a economia normativa um campo relevante de trabalho considerava-a não científica (a este propósito, ver Caldas & Neves, 2012).

A DICOTOMIA FACTOS /VALORES NA TEORIA ECONÓMICA

A ideia de uma economia livre de valores tem perto de duzentos anos e remonta aos escritos de David Hume, uma das figuras mais destacadas do Iluminismo Escocês e que, juntamente com John Locke e George Berkeley, constituem o núcleo duro do empirismo britânico. Na seu *Tratado da Natureza Humana* (1888), Hume afirma que não se pode deduzir o *dever ser* do *ser* e que enunciados descritivos puramente

factuais só podem envolver, ou implicar, outros enunciados descritivos e factuais e nunca normas, declarações éticas formais ou prescrições para fazer alguma coisa. Esta afirmação que veio a ser conhecida pela guilhotina de Hume estabelece, assim, uma separação rigorosa entre factos e valores, o ser e o dever ser, o positivo e o normativo, o objectivo e o subjetivo, o descritivo e o prescritivo, a ciência e a arte (Blaug, 1980).

Um pouco mais tarde, Nassau Senior trouxe a distinção entre economia positiva e economia normativa que, ainda hoje, constitui um dos primeiros temas abordados nos manuais de economia. De acordo com as suas palavras: as conclusões do economista ‘qualquer que seja a sua generalidade e a sua verdade, não o autorizam a acrescentar uma simples palavra de conselho. Esse privilégio pertence ao escritor ou ao decisor político’ (Senior, 1965). Um pouco mais à frente, reforça a sua ideia afirmando que a função do economista não é recomendar nem descurar, mas sim estabelecer princípios gerais. De forma semelhante, também Stuart Mill (1836) faz a distinção entre arte e ciência económica e defende o monismo metodológico, quando afirma que a economia se deve desenvolver da mesma forma que as ciências positivas, tal como a geometria.

John Neville Keynes (1990) retoma o tema da arte e da ciência na sua célebre distinção tripartida: 1) ciência positiva que trata de um conjunto sistematizado de conhecimento referente ao que é; 2) ciência normativa, referente ao domínio do dever ser; e finalmente 3) arte que trata dos preceitos. Também nesta altura, Weber (2002) defendia a *Wertfreiheit*, isto é, a liberdade em relação aos valores. Weber acreditava na possibilidade de uma ciência livre de valores, mas contrariamente a muitos dos seus contemporâneos, olhava com desconfiança o monismo metodológico, porque via diferenças significativas entre aquilo que ele designava ciências culturais (onde incluía a economia) e as ciências naturais e exatas.

Cabe ainda uma última referência aos defensores de uma economia neutra de valores, pela influência que exerceu ao longo de gerações de economistas. Trata-se de Milton Friedman que escreveu, em 1953, um dos textos mais célebres sobre metodologia da economia. O argumento defendido por Friedman (2002) é o seguinte: a partir do momento a que temos acesso objectivo ao mundo empírico, através da nossa experiência sensorial, os cientistas não têm que se preocupar com o que deve ser.

Na verdade, juntamente com a guilhotina de Hume, esta ideia continua a constituir uma das mais invocadas na defesa de uma economia isenta de valores (Wilber e Hoksbergen, 1998), apesar de os argumentos posteriores sobre a neutralidade da

ciência terem atingido um nível mais elevado de sofisticação. Por exemplo, o metodólogo da economia Mark Blaug (1980), em defesa de um falsificacionismo Lakatosiano, influenciado por Coats e Hutchinson, separa a atividade da ciência económica em três componentes: decisões pré-científicas, análise científica e aplicação pós-científica. Coats e Hutchinson defendem que, embora a primeira e a terceira componente se encontrem contaminadas pelos valores, o campo da ciência permanece puro, isto é, sem valores. Blaug, porém, sustenta que a análise científica pode ser permeada por valores. No entanto, distingue entre julgamentos de valor caracterizadores e julgamentos de valor avaliadores. Enquanto os primeiros expressam uma estimativa do grau no qual algum tipo de ação, objecto ou instituição está embutido numa determinada instância, os segundos expressam uma aprovação ou desaprovação de algum ideal moral ou ação baseada nesse ideal moral. Assim, através desta distinção, pretende-se dizer que alguns julgamentos de valor não têm significado ético, sendo apenas julgamentos que permitem o desenvolvimento da atividade científica.

AS CRÍTICAS À DICOTOMIA FACTOS/VALORES

Apesar da maior ou menor sofisticação com que os argumentos em defesa da dicotomia factos e valores, bem como da neutralidade da ciência económica são apresentados, o certo é que as críticas que lhe são dirigidas, apesar de há muito existirem, têm aumentado nos últimos anos e partem do mais variados campos. Entende-se também que as críticas sejam feitas, em grande parte, por aqueles que atacam as correntes da filosofia da ciência que a suportam, tal como o empirismo lógico e o falsificacionismo de Popper.

Como um dos argumentos em favor da ciência económica livre de valores se fundamentam na aproximação de economia às ciências naturais, uma das críticas mais comuns assenta justamente no facto de que a diferença entre elas não é apenas de grau, como sustentam, por exemplo, Robbins e Friedman, mas de substância. Trata-se, portanto, de uma questão ontológica avaliar se a sociedade é ou não a mesma coisa que a natureza. Haverá outras estruturas na sociedade não presentes na natureza? Servem o mesmo propósito que na natureza? Tem sido apontado por alguns que o investigador económico estabelece uma relação diferente com o objecto de estudo que o cientista natural, uma vez que os objetos observados pelo cientista social têm o atributo da consciência da cognição e da volição (Heilbroner, 1973). Por outro lado,

acrescenta-se ainda o facto de que, enquanto as leis do universo físico não podem ser mudadas pelo homem, as estruturas sociais podem ser modificadas pela sua ação (Brandis, 1963).

As teses da neutralidade da ciência tem sido também atacadas por aquilo que alguns chamam de empirismo naïf, ou seja, a ideia que existem também factos brutos aí fora para serem estudados pelos cientistas sociais. Myrdal chama a atenção que:

Os factos não se organizam eles próprios em conceitos e teorias apenas por serem observados. Existe um inescapável elemento *a priori* em todo o trabalho científico. As questões têm que ser colocadas antes das respostas serem dadas. As questões são todas elas expressões do nosso interesse no mundo; elas estão na base das nossas avaliações. Assim, as avaliações estão desde logo envolvidas no momento em que observamos os factos e os trazemos para a análise teórica e não apenas no momento em que estabelecemos inferências políticas (Myrdall, 1969, p. 9).

Boulding (1969) fornece uma das críticas mais lúcidas à ideia de uma ciência económica neutra. Para Boulding, uma cultura ou subcultura consiste num conjunto de valores comuns, ou seja, uma ética que permite a comunicação entre os vários membros dos grupos. É possível classificar uma sociedade em culturas e subculturas, precisamente porque é possível identificar grupos que partilham valores comuns. Assim, a subcultura científica é caracterizada por um sistema forte de valores comuns, como, por exemplo, veracidade, curiosidade, medida, observação cuidadosa, experimentação e objetividade. O processo epistemológico da ciência emerge, justamente, devido a uma estrutura comum de valores. Da mesma forma, a não existência de um conjunto de valores comuns poderá explicar por que em determinadas sociedades que reuniam algumas condições favoráveis ao desenvolvimento do processo científico tal não aconteceu.

A ciência tem, portanto, uma base ética na sua essência. Repare-se que o argumento de Boulding implica que os elementos que caracterizam a subcultura científica não são considerados automaticamente bons. Para que tal seja feito, é necessário adotar uma postura ética. Isto significa que, mesmo que o economista pretenda evitar qualquer consideração económica, social ou política que necessite da expressão 'deve ser', já está a transmitir a mensagem que a busca pela verdade e pela objetividade é em si mesmo boa.

Há ainda outros argumentos que colocam sérias dificuldades à perspetiva da economia livre de valores. Um desses argumentos está ligado ao conhecido princípio da incerteza de Heisenberg que, embora inicialmente concebido no domínio da mecânica quântica, tem repercussões óbvias no conjunto do processo científico. De acordo com o princípio de Heisenberg, é impossível determinar com exatidão a posição e o momento de uma partícula subatómica (por exemplo, um eletrão), porque, ao tentar medi-lo, a intervenção humana necessariamente modificará a sua velocidade. Em suma, observador e observado não são independentes, pois quando se tenta obter conhecimento de um sistema alterando inputs e outputs de informação, estes inputs e outputs alteram o sistema de forma radical. Assim, as leis da física ou de outras ciências (e.g. economia) acabam por ser enunciados relativos e, de algum modo, resultado de percepções subjetivas, em vez de certezas objectivas.

Levando mais longe algumas das conclusões da física quântica, a que se podem acrescentar também as questões do *envolvimento* e da *reflexividade* abordadas pela sociologia crítica das décadas de 1960 e 1970, pode-se afirmar, então, que as ciências não estão apenas a observar e a estudar o mundo, mas sim a criá-lo. Desta forma, os cientistas sociais estão também a conduzir o ‘autocarro que estão a estudar’ (Gutenschwager, 2012, p.8). A imagem do cientista social sentado no seu gabinete a examinar a realidade social é, no mínimo, limitada. Na verdade, ele ou ela está também a produzir essa realidade. O exemplo dado por Boulding (1969) é bastante elucidativo. Os economistas concordam que, de uma forma geral, a evolução dos preços dos títulos em alguns mercados financeiros é errática e imprevisível. Se quisermos prever os preços nesses mercados, teremos que os controlar, fixando um sistema de contra-especulação. De certo modo, o sistema de padrão ouro que regulamentou o sistema monetário internacional durante décadas é um exemplo. Então, o que se pode concluir com Boulding ‘é que se a ciência se move do puro conhecimento para o controle, ou seja, criando aquilo que sabe, o que é criado torna-se um problema de escolha ética’ (1969, 3).

OS VALORES ESCONDIDOS NA TEORIA ECONÓMICA

O ramo dominante da teoria económica, designado por economia ortodoxa ou economia neoclássica, pretende, como já se referiu atrás, construir uma ciência positiva, neutra em relação aos valores. No entanto, como se irá ver, quer os seus pres-

supostos de partida, quer alguns dos seus mais importantes princípios têm necessariamente um carácter normativo.

A concepção do mundo da economia neoclássica assenta nas seguintes premissas: 1) os indivíduos procuram o seu interesse pessoal; 2) são racionais, conhecem os seus próprios interesses e procuram maximizá-los fazendo as suas escolhas de entre as alternativas existentes; 3) o propósito da vida humana é perseguir a felicidade tal como é definida por cada indivíduo, o que implica que deve ter liberdade para a atingir; 4) o mundo social é composto por indivíduos que competem entre si, em condições de escassez, para atingir fins pessoais; e, finalmente, 5) existem mecanismos naturais que conduzem os agentes económicos para situações de equilíbrio (Wilber & Hoksbergen, 1998, p. 25).

Embora não esteja agora em causa discutir o grau de realismo com o qual estes pressupostos são adotados, não se torna difícil de constatar o carácter normativo desta concepção do mundo e do sistema económico. Se o propósito da vida humana é perseguir a felicidade e se isso é feito de forma autocentrada, sendo, para isso, necessário que os indivíduos possuam liberdade para o fazer, existe necessariamente aqui uma visão de bem que permeia toda a economia neoclássica. Na verdade, afirmar que só as preferências autoescolhidas contam como padrões de bem estar individual e que o bem estar social depende da soma do bem estar dos indivíduos não reflete, naturalmente, isenção de valores.

No entanto, os autores neoclássicos vão ainda mais longe quando, partindo dos pressupostos, sustentam que a situação económica ideal é aquela que resulta da situação de equilíbrio dos mercados de concorrência, porque permite que o maior número de vontades individuais sejam alcançadas. Repare-se, uma vez mais, que esta afirmação contém também um julgamento de valor, pois serve como um ideal, através do qual se pode medir o grau de eficiência das condições económicas. Se, numa determinada economia, a condição de mercados competitivos não estiver realizada, seja devido a uma intervenção do governo, ou a um situação de monopólio, estas situações devem ser necessariamente removidas para atingir um maior nível de eficiência e equilíbrio.

Alguns desenvolvimentos das premissas da economia neoclássica foram, de certa forma, transpostas para a designada economia do bem estar, um dos ramos mais importantes da disciplina que utiliza técnicas microeconómicas para avaliar o bem estar social. Um dos seus teoremas mais conhecidos é o conhecido como o Ótimo de Pareto ou Eficiência de Pareto. Segundo este teorema, tal como foi

enunciado pelo economista italiano Vilfredo Pareto, uma situação ótima é aquela em que, dada uma determinada alocação de bens, não é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a de outro. Daqui se deduz também o que ficou conhecido pela Melhoria de Pareto: o bem estar social aumenta, quando pelo menos um bem estar de alguém aumenta, sem piorar o de ninguém. Repare-se, então, que, como nota Sen (1988), quando numa determinada situação em que haja pessoas que vivem na extrema miséria e outros no luxo, não é possível melhorar a posição de ninguém sem piorar a situação dos mais abastados, está-se no designado Ótimo de Pareto. Como o Ótimo de Pareto lida apenas com considerações de eficiência, omitindo as questões de redistribuição, torna-se difícil sustentar que o teorema é isento de valores.

Aliás, os termos mais utilizados pela ramo dominante da economia, tais como ‘produtividade’, ‘equilíbrio’, ‘integração económica’, ‘eficiência’, ‘ajustamento’ estão igualmente carregados de valores que se enquadram numa perspectiva utilitarista da economia (Myrdall, 1959), cuja tradição tem as suas raízes em Bentham. Repare-se que isso não constitui, propriamente, o problema. Na verdade, o verdadeiro problema é que isso não seja reconhecido pelos autores que o utilizam e que as teorias elaboradas sejam apresentadas como verdades universais e fundamentem políticas, omitindo qualquer discussão sobre as diferentes perspetivas dos problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer que factos e valores estão necessariamente entrelaçados coloca as seguintes questões: Será possível alcançar a objetividade na investigação científica? Faz sentido continuar a designar a ciência económica por *Economia*, ou valerá a pena retomar a designação que vem dos clássicos de *Economia Política*?

Em relação à primeira questão, cabe dizer que a defesa da economia livre de valores está claramente ligada à busca da objectividade e àquilo que Putnam (2002) designa por último dogma do empirismo, ou seja, a crença de que os factos são objetivos e os valores subjetivos.

Antes de avançar, convém esclarecer de que tipo de objetividade se está a falar. Grande parte dos economistas e outros cientistas sociais entendem-na como neutralidade, ‘the view from nowhere’, como diz o título de uma obra conhecida de Nagel (1989). No entanto, este é apenas um dos aspetos do significado de objetividade.

Recorrendo à tipologia de Daston (1992), podem distinguir-se três tipos de objetividade: a objetividade não perspetivante (*aperspectival objectivity*) que se refere à eliminação das idiosincrasias individuais e de grupo, estando assim relacionada com o contexto social em que se insere o investigador; a objetividade ontológica que está relacionada com a estrutura última da realidade; e a objetividade mecânica que implica a eliminação completa de julgamentos e interpretação das pesquisas científicas.

A objetividade mecânica foi o primeiro tipo de objetividade que surge na filosofia moral na segunda metade do século 17 e que foi importada para as ciências sociais por Adam Smith e David Hume. Mais tarde, Senior e Mill deram-lhe um significado mais específico no contexto da teoria económica, associando-o à exclusão da política e das normas na pesquisa económica (Drakopoulos, 1997). As gerações seguintes de economistas, fortemente influenciados pela filosofias positivistas, acabaram por adotar o mesmo significado.

Assim, se entendermos que a objetividade implica a autonomia dos resultados da investigação científica, relativamente ao conjunto de crenças e valores dos investigadores, como alcançá-la? É que se factos e valores estão necessariamente entrelaçados e se a produção de conhecimento está permeada pela existência de valores contextuais, a busca pela objetividade fica irremediavelmente comprometida.

No entanto, pode não ser assim, se for introduzido o criticismo intersubjetivo, tal como defende Santos (2012, p.94). Como o conhecimento tem uma dimensão social, ou seja, é produzido e avaliado por um coletivo de cientistas, é possível controlar o efeito das crenças sustentadas que, de forma consciente ou inconsciente, poderão estar altamente impregnadas de considerações normativas. Para isso, torna-se necessário promover a democracia intelectual no seio da comunidade epistémica, de forma a que todos os grupos sociais sejam envolvidos, principalmente aqueles que estão menos representados socialmente, tanto mais que são justamente esses que se encontram em melhor posição para identificar os valores dominantes. Assim, quanto maior for a diversidade de pontos de vista, maior a possibilidade de se alcançar a objetividade na investigação científica (Santos 2012, p. 94). Desta forma, a objetividade dever ser um processo coletivo, não hierárquico, aberto ao debate, à observação e à experiência (Caldas, 2010).

Cabe aqui também um papel importante às instituições de ensino para a promoção da procura de objetividade. Algumas sugestões podem ir no sentido de formular programas educacionais focados não apenas nos resultados da ciência, mas também

nos processos; reforma de alguns currículos e conteúdos programáticos que sejam mais representativos da diversidade de grupos sociais e dos valores sociais; ensinar a ciência como sendo potencialmente incerta, permeada pelos valores e aberta a múltiplas perspetivas.

Finalmente, a segunda questão que, como se disse, se refere à utilização dos termos Economia (Economics) ou Economia Política. Como se viu atrás, o termo Economia que surgiu após a revolução marginalista tinha como fim retirar qualquer carga ideológica à disciplina, apresentando-a como uma ciência pura, livre de valores. Houve mesmo quem defendesse que o termo Economia ficaria reservado para a economia científica e a expressão Economia Política para a economia normativa. Contudo, por tudo aquilo que foi argumentando ao longo desta comunicação, a Economia é necessariamente moral e política (Louçã & Caldas, 2010).

Se a economia, enquanto saber, é a arte da utilização das coisas necessárias para a vida doméstica e para a Vida Boa na polis, tal como a definia Aristóteles, então envolve necessariamente a definição de valores que fundamentam as atividades de uso e provisão. Assim, a Economia é sempre moral (Louçã & Caldas, 2010). Afirmar que a economia é sempre moral não significa, naturalmente, que ela deva ser incorporada na ética. A ética, enquanto ciência, estuda o problema ético em si próprio, enquanto a economia analisa o problema económico. A questão é que o problema económico não pode ser desligado da dimensão ética (Crespo, 1998). Por outro lado, se Vida Boa se completa na comunidade, onde os indivíduos se realizam na sua busca pela felicidade, então a Economia é também política, dado que envolve um processo coletivo e não apenas um somatório de vontades individuais. Dando assim resposta à questão enunciada no título deste texto, na verdade, não há economia sem política. É claro que a Economia Política é também normativa, mas isso em nada a desvaloriza enquanto ciência.

A separação da Economia em relação à Filosofia Moral, e depois da política, veio, sem dúvida, tornar mais pobre a disciplina, como tão bem nota Sen (1998). Acrescente-se ainda que, tal como tem sido frequentemente realçado por inúmeros observadores, as consequências da adoção cega dos princípios e das teorias de uma economia suposta neutra e positiva nas políticas veio a ter um papel preponderante na crise que se desenvolveu a partir de 2007/2008. Não foi objetivo desta comunicação explorar este campo. Na verdade, em termos resumidos, foi apenas mostrar que –utilizando uma frase atribuída a Mill e que Marshall gostava de citar – ‘não será provavelmente um bom economista quem não é nada mais do que isso’.

REFERÊNCIAS

- Alvey, James (1999). A Short History of Economics as a Moral Science. *Journal of Markets & Morality* 2 (1), 53-73.
- Aristóteles (1991). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural.
- Aristóteles (1985). *Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Blaug, Mark (1980). *A Metodologia da Economia*. Lisboa: Gradiva.
- Boulding, Kenneth (1969). Economics as a Moral Science. *American Economic Review* 59 (1), 1-12.
- Brandis, Royall (1963). Value Judgments and Economics Science. *The Quarterly Review of Economics and Business*, 3 (2), 41-50.
- Caldas, José Castro (2010). Beyond the Fact Value Split: Political Economy. Comunicação apresentada na Conferência *The Revival of Political Economy: Prospects for Sustainable Provision*. Coimbra, 21 a 23 de Outubro.
- Caldas, José Castro, & Neves, Vítor (2012). The Meaning of Objectivity: What Can We Learn from Robbins and Myrdall?. In José Castro Caldas, Vítor Neves (Eds.), *Values and Objectivity in Economics* (pp. 47-63). Londres: Routledge.
- Crespo, Ricardo (2008). On Aristotle and Economics. *Working Paper Series IAE*.
- Daston, Lorraine (1992). Objectivity and the Escape from Perspective. In *Social Studies of Science* 22, 597-618.
- Friedman, Milton (2002). The Methodology of Economics. In David Hausman (Ed.), *The Philosophy of Economics* (pp. 145-78). Cambridge: Cambridge University Press. Texto originalmente publicado em 1953.
- Gutenschwager, Gerald (2012). Is Economics a Value Free Science?. World Economic Association. URL:https://weaethicsconference.files.wordpress.com/2012/03/gutenschwager_is-economics-a-value-free-science.pdf.
- Heilbroner, Robert (1973). Economics as a Value Free Science?. *Social Research* 40, 129-143.

- Hume, David (1888). *Treatise of Human Nature*. Oxford: Clarendon Press. URL: http://michaeljohnsonphilosophy.com/wpcontent/uploads/2012/01/5010_Hume_Treatise_Human_Nature.pdf. Obra originalmente publicada em 1739.
- Jevons, William S. (1888). *The Theory of Political Economy*. Londres: Macmillan and Company. URL: <http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Jevons/jvnPE.html>. Obra originalmente publicada em 1871.
- Louçã, Francisco, & Caldas, José Castro (2010). *Economia(s)*. Porto: Afrontamento.
- Marshall, Alfred (1961). *Principles of Economics*. Londres: Macmillan. Obra originalmente publicada em 1890.
- Marshall, Alfred (1966). The Present Position of Economics. In André Pigou (Ed.), *Memorials of Alfred Marshall*. Nova York: Augustus M. Kelley. Texto originalmente publicado em 1885.
- Mill, John S. (2002). On the definition and Method of Political Economy. In David Hausman (Ed.), *The Philosophy of Economics* (pp. 41-58). Cambridge: Cambridge University Press. Texto originalmente publicado em 1836.
- Myrdal, Gunnar (1969). *Objectivity in Social Research*. Londres: Pantheon Books.
- Nagel, Thomas (1989). *The View from Nowhere*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- Nunes, António José Avelãs (2013). *Noção e Objeto da Economia Política*. Coimbra: Almedina.
- Putnam, Hillary (2002). *The Collapse of Fact/Value Dichotomy and Other Essays*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ricardo, David (1983). *Princípios da Economia Política e Tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Obra originalmente publicada em 1817.
- Robbins, Lionell (1945). *An Essay of Nature and Significance of Economic Science*. Londres: Macmillan and CO, Limited. Obra originalmente publicada em 1932.
- Santos, Ana Cordeiro (2012). The Facts and Values of Experimental Economics. In José Caldas, Vítor Neves (Org.), *Facts, Values and Objectivity in Economics* (pp. 88-109). Londres: Routledge.

- Sen, Amartya (1988). *On Ethics and Economics*. Malden: Blackwell Publishing.
- Senior, Nassau (1965 [1836]). *An Outline of the Science of Political Economy*. Nova Iorque: Augustus Kelley.
- Smith, Adam (2001). *A Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Texto originalmente publicado em 1776.
- Smith, Adam (2002). *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes. Texto originalmente publicado em 1759.
- Keynes, Neville (1990). *The Scope and the Method of Political Economy*. Kitchner: Batoche Books. Texto originalmente publicado em 1890.
- Weber, Max (2002). Objectivity and Understanding in Economics. In David Hausman (Ed.), *The Philosophy of Economics* (pp. 59-7). Cambridge: Cambridge University Press. Texto originalmente publicado em 1949.
- Wilber, Charles; Hoksbergen, Rolland (1998). Ethical Values and Economics Theory: a Survey. In Charles Wilber (Ed.), *Economics, Ethics and Public Policy* (pp.17-32). Lanham, Maryland: Rowman & Little Field Publishers.

Vasco Almeida.

PhD. Professor Auxiliar no Instituto Superior Miguel Torga,
Coimbra.

Resumo / Abstract

Haverá Economia sem Política?: Factos e Valores numa Ciência Controversa

O objetivo, com este texto, é responder às seguintes questões: Haverá Economia sem Política, isto é, será possível separar a Economia, encarada como ciência positiva, da Política de carácter normativo? Será possível separar os factos dos valores, ou será que eles estão necessariamente entrelaçados? E, se assim for, a busca pela objetividade na Economia ficará comprometida e, conseqüentemente, deverá ser abandonada? O veredito, nesta análise, é que, sem dúvida, não há economia sem política. É claro que a Economia Política é também normativa, mas isso em nada a desvaloriza enquanto ciência.

Palavras-chave: Economia, política, factos, valores, objetividade, economia política.

Could There be Economics without Politics?: Facts and Values in a Controversial Science

The goal, with this text, is to respond to the following questions: Is there Economics without Politics, i.e., is it possible to separate Economics, regarded as a positive science, from the normative character of Politics? Is it possible to separate facts from values, or are they necessarily intertwined? And, if so, would the search for objectivity in Economics be compromised and, consequently, should it be dropped? The verdict in this analysis is that, without a doubt, there is no economics without politics. Of course Political Economy is also normative, but this does nothing to devalue it as a science.

Keywords: Economics, politics, facts, values, objectivity, political economy.